

HIBRIDISMO NA ÍNDIA: DIU, CIDADE GUZERATE E «CIDADE» CATÓLICA

Diu no estado da Índia

É muito fácil a um português sentir Diu como o seu chão. É um lugar que, embora sem qualquer qualificação especial, denota uma personalidade portuguesa muito forte. Não é muito interessante do ponto de vista do urbanismo português. Não tem nenhuma das arquiteturas portuguesas mais qualificadas, com exceção da sua fortaleza. Mesmo a degradação das suas arquiteturas pode ser contrariada na sua memória, tal como um templo oriental que ciclicamente é refeito. É, no entanto, talvez o mais acolhedor de todos os lugares portugueses além mar e um dos que tem a carga histórica omnipresente.

É uma cidade leve, pequena, absolutamente parada no tempo, uma metáfora de espaço português: de pequena escala (no sentido de controlável e confortável) e cercado (todo ele ao alcance do olhar ou sua percepção). A cidade de Diu é uma casa, para citar Alberti, quando disse que casa e cidade são intercambiáveis.

Diu inseriu-se na história da expansão portuguesa no Oriente numa estrutura superior designada por Estado da Índia, caracterizada na sua essência por um conjunto de territórios e interesses sob administração portuguesa agrupados numa rede de espaços, os quais, embora sem constituírem um espaço geográfico com limites definidos de modo preciso, formam uma entidade estruturada para agrupar esta série de territórios, estabelecendo um sistema de relações políticas, comerciais e administrativas que dão sentido à unidade do conjunto.

A estruturação e o estabelecimento de uma rede territorial portuguesa, no século XVI, no continente indiano, não deve ser desligada da expansão que o Islão tinha tido nestas partes. Diu foi exemplo do modo e da estratégia de ocupação do território pela talassocracia muçulmana, uma vez que a sua importância comercial e política como cidade era muito antiga e anterior à chegada dos portugueses, estabelecendo várias proximidades com o Mar Vermelho, Golfo Pérsico e toda a costa oriental da África, Arábia e Índia.

A ideia de que o Estado da Índia era uma rede de relações e de circulação de bens e pessoas privilegiou-o como uma potência marítima regional, num sentido semelhante ao actual. Pelo contrário, o Estado da Índia nunca se reconheceu como potência regional continental, uma vez que não poderia sobreviver per si, tal a vastidão geográfica dos territórios de que falamos e a falta de meios disponíveis. Dentro deste mecanismo de controle marítimo, Diu foi peça essencial.

As diferentes maneiras de implantação e aquisição dos estabelecimentos portugueses na Índia, resultaram em diferentes configurações para cada caso.

Do ponto de vista político-administrativo, a praça de Diu, pode ser classificada estruturalmente como sujeita a um regime próprio de semi-protectorado, sob o qual toda a população ficou integrada. A vertente fundamental sobre a qual a praça se regia, que lhe transmitiu coerência de intenções e onde mais se justificou a presença da talassocracia portuguesa na entrada do Golfo de Cambaia, foi o privilégio do aspecto comercial.

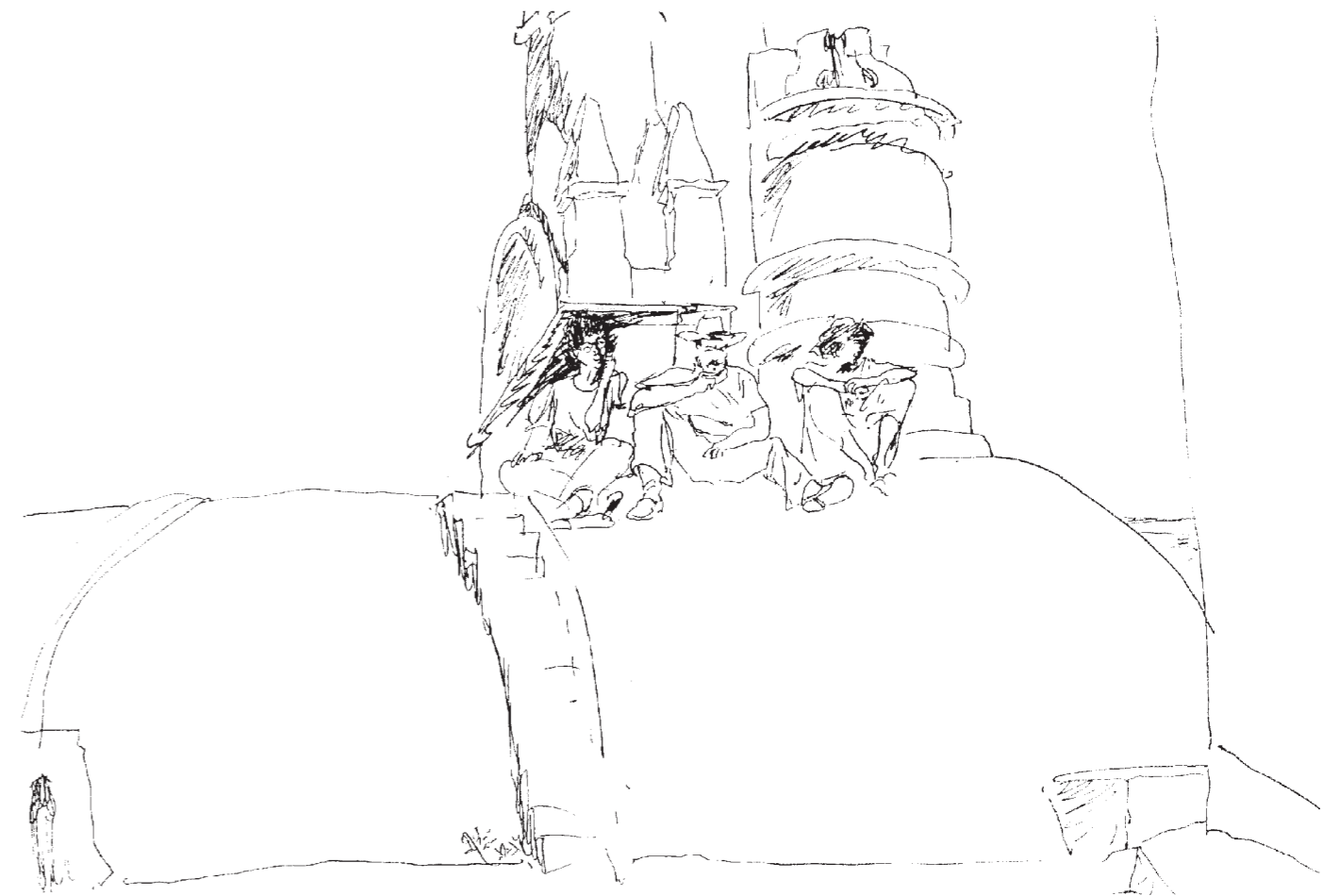
A estrutura de semi-protectorado que Diu tinha, foi resultado do cruzamento de duas situações. Por um lado, a organização que a Coroa herdou da Índia guzerate sem qualquer concessão de poder ao sultão derrotado, mas integrando o seu «modus operandi» (a presença portuguesa imitou e adoptou as estruturas de organização do poder guzerate). Por outro lado, os portugueses transportaram consigo os modelos urbanos europeus e os modelos importados das suas experiências africanas.

As cidades e os credos

Diu é paradoxal em diversos aspectos. Situada na confluência de territórios, de culturas e de personalidades diversas, assume uma estruturação híbrida e fragmentária, resultado do confronto da cidade guzerate encontrada pelos portugueses e respeitadora dos códigos islâmicos e hindus, com a lógica descentralizadora e de vocação marítima do Império português, que se reflecte numa concepção de cidade, regulada pelos seus equipamentos e que assume os valores cristãos.

As cisões de credos são evidentes na cidade, reflectindo-se também nas suas estruturas urbanas que facilmente exprimem as divergências de confissão religiosa. Diu apresenta-se como uma povoação híbrida de credos e desenhos diversos, um autóctone e original, de confissão hindu e islâmica, e outro, trazido pela evangelização portuguesa, de confissão cristã muito mais rarefeito, mas profundamente marcado pelas suas grandes arquiteturas, modeladoras do território e da paisagem urbana. Esta divisão da cidade em duas realidades foi o natural resultado e expressão da sua divisão por razões de natureza confessional. Apresenta-se um organismo urbano híbrido, entre a cidade preexistente e a tentativa de lançamento numa cidade intermédia, de origem cristã, entre a primeira e a fortaleza.

Assim, pode concluir-se que dentro dos espaços urbanos de influência portuguesa na Índia, não será possível compreender Diu com o arquétipo do modo português de «fazer cidade», sendo porventura a cidade menos portuguesa dos espaços portugueses do Oriente. Diu é um sistema urbano sem paralelo nas cidades de fundação ou influência por-



tuguesas, ganhando em singularidade específica, o que porventura perde em racionalidade.

Diu sempre viveu como um mundo isolado, isto é, a cidade é encerrada por completo por uma estrutura defensiva (a mais extraordinária da arquitectura militar portuguesa) e uma morfologia do território inacessível – sempre viveu, ela própria, como uma ilha dentro duma ilha. Resultado das suas idiosincrasias, sempre adoptou em todas as facetas do seu comportamento e relações com o resto do território (o restante da ilha e o território continental) uma atitude profundamente introspectiva e virada para dentro de si mesma, patente em todas as fases da sua história.

Após todo o processo que conduziu à apropriação pela soberania portuguesa do seu espaço, assistiu-se, durante o século XVI, à tentativa de lançamento e/ou fundação numa cidade católica no território existente.

A muralha e a cidade Guzerate

Uma das estruturas urbanas de Diu, é a sua muralha guzerate (o seu desenho em planta e a sua secção baixa, com torrões circulares e panos de muralha altos, característicos do desenho medieval islâmico anterior à posse de Diu pelos portugueses, não é consentâneo com uma fortificação de cariz moderno) implanta-se no território, espartilhando por completo o extremo oriental da ilha de Diu, naquilo que relativamente ao território segmenta em dois e relativamente à cidade assume extraordinária importância urbanís-

tica, como perímetro do núcleo urbano fechado e marcado pela linha de muralhas.

A cidade é completamente rodeada, uma vez que todo o seu perímetro acessível é muralhado «para que o dito povo de gentios, mouros e judeus fiquem cercados e hua couza mesmo com a fortaleza» (Bocarro, ed.1992: II, 76), mesmo as suas praias e zonas baixas. O acesso à cidade é feito pelo lado nordeste e todo o extremo oriental da ilha encontra-se assente sobre planalto rochoso que a torna inacessível. Esta situação geográfica e geológica condiciona o desenho e implantação da sua arquitectura.

Articula-se com um dos principais eixos de circulação da cidade guzerate e porventura o de maior importância relativamente ao espaço urbano. É esta a porta principal de entrada na *medina* através da muralha, adquirindo uma importância primordial como lugar de encontro para a cidade. Esta porta que divide quase a meio a maior secção da muralha, indica a sua maior abertura para o território e evoca todas as relações passadas do exterior com o interior.

Sob alçada da muralha, a cidade guzerate carece de organização formal e de poder, que seja comparável com a tradição urbana portuguesa. É funcionalmente unificada, subordinada a uma vocação comercial que faz de todos os seus espaços lugares de mercancia e toda ela reflecte o carácter e programa deste pólo urbano, o comércio.

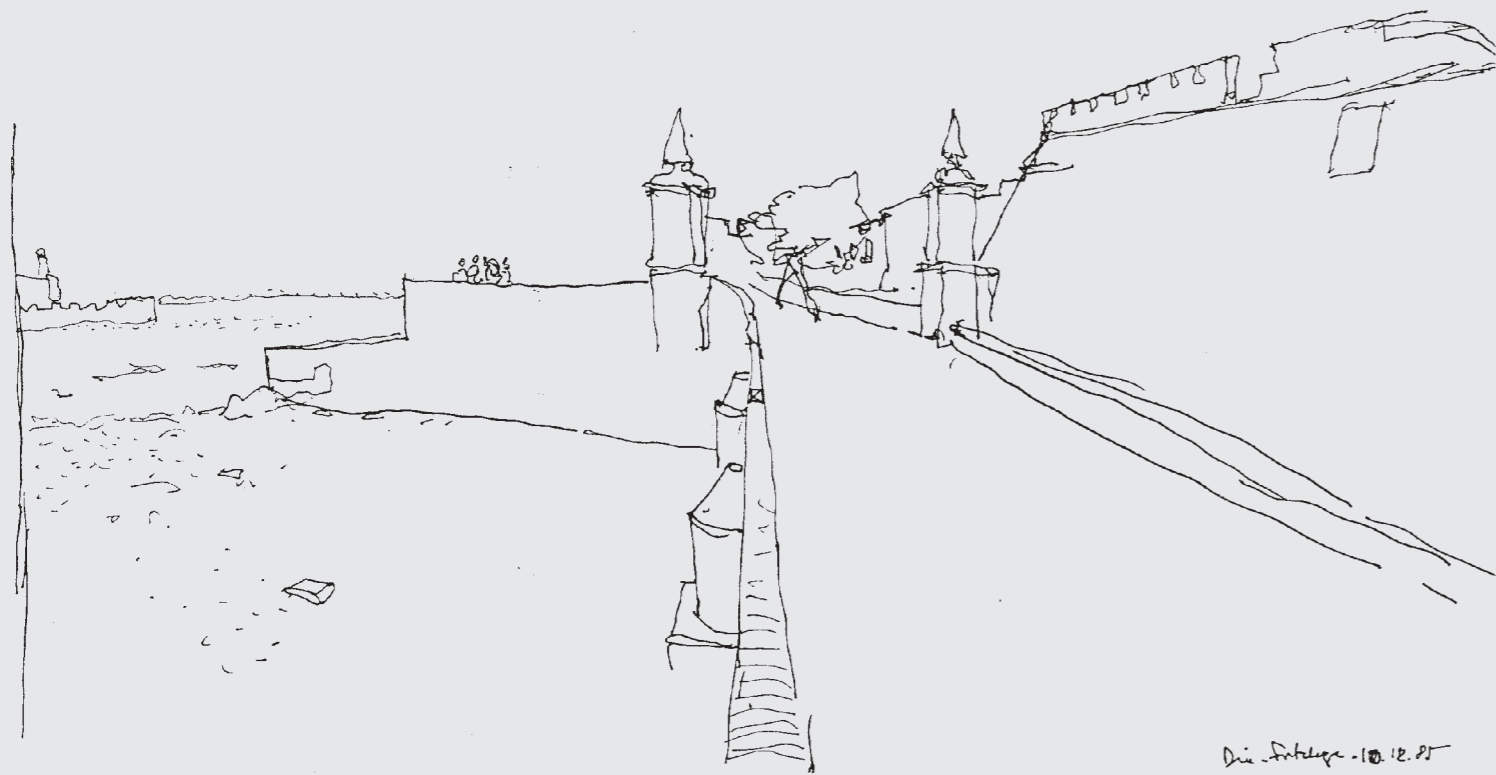
A cidade guzerate cresceu orgânica e aditivamente. O seu núcleo urbano era uma autêntica medina muralhada

fron. e mar

o tipo de muralha
segundo a RTP

Embora a fortaleza
seja comunicada para
a RTP

Lezíria



Diu - Fortaleza - 10.12.85

a poente e aberta ao território a nascente, que continha a mesquita, o mercado e o complexo comercial, cercados por bairros residenciais, intercalados com espaços sociais (diferenciações possíveis, embora a urbe guzerate se comporte como um mercado). As principais vias públicas que unem os pólos urbanos (porto, fortaleza e equipamentos religiosos) com as portas da cidade, ainda que muitas vezes sejam pouco mais do que pequenas e irregulares vielas dum espaço urbano de crescimento orgânico, constituem, por si, espaços comerciais e extensões lineares de mercancia e são completadas por um sistema limitado de ruas transversais. As ruas adoptam a forma de vias radiais que partem das portas da cidade (ou da muralha), ligando-as com a mesquita e os espaços de comércio, sucessivamente quebradas por numerosos recônditos e ruelas angulosas. As mesquitas são edifícios que abraçam um ou mais pátios porticados, os quais, juntamente com a área aberta junto da porta principal de entrada na cidade, constituem dos poucos espaços abertos de praça na cidade guzerate.

A análise do enquadramento zonal intramuros da população relativamente à muralha, permite definir um tipo híbrido de população e de cidade. A povoação guzerate junto à muralha é diferenciada por percursos urbanos distintos dos existentes na área dependente do pólo da fortaleza. Aqueles têm carácter centrípeto e são organizados para servirem distâncias de interior da cidade guzerate, entre espaços de comércio e locais de culto. No entanto, percursos de carácter centrífugo também acontecem, na ligação com a periferia do perímetro urbano e partindo das portas da cidade na direcção da fortaleza. Assiste-se a um desfazamento claro entre o centro geométrico do território limitado pela muralha e o centro urbano, que se desenvolve tangencialmente à muralha no espaço que esta delimita. Muralha e cidade são, muitas vezes, uma só identidade, tomando parte uma da outra (não é raro, a muralha ser limite da casa ou fecho da rua). A configuração e extensão dos bairros dependem da presença da muralha e da sua vizinhança.

A presença da muralha é consistente e relevante factor de desenho da forma urbana e modelador da história da cidade, influenciando o modo de apropriação do território dentro do espaço urbano. Não será fruto do acaso, que a cidade se tenha circunscrito confortavelmente ao longo dos séculos dentro do perímetro muralhado, independentemente da tutela que exercia soberania sobre o território, coexistindo com o território e sendo elemento preponderante no contexto da sua afirmação.

A fortaleza e a cidade

Diu é, provavelmente, a cidade em todo o conjunto das fundações urbanas portuguesas no espaço colonial, cuja história e protagonismo militar terá tido mais peso urbano. Sendo assim é natural que um elemento estruturante e agregador seja a fortaleza. A implantação da fortaleza e a conseqüente formação urbana dela decorrente, originada pela necessidade de permanência e manutenção dum estrutura defensiva e de cariz comercial, condiciona também a morfologia da cidade.

A fortaleza de Diu (chamada de São Tomé) é a «maior estrutura arquitectónica do Alto Renascimento erguida fora da Europa» (Moreira, 1999: 147). No Oriente, foi na fortaleza de

Diu que o novo estilo renascentista surgiu pela primeira vez na arquitectura militar, sendo de todas as fortalezas portuguesas, a mais monumental e simultaneamente a mais complexa.

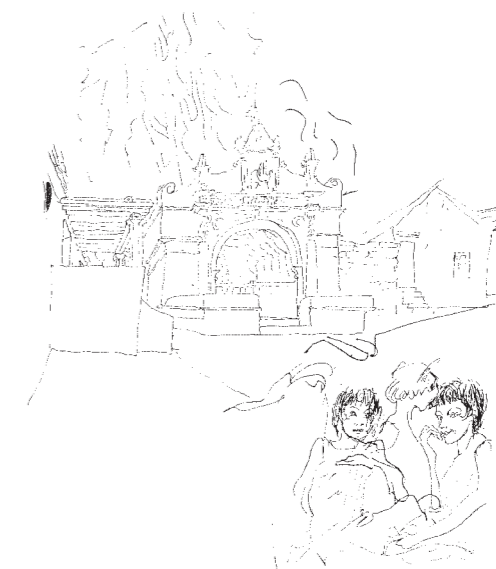
Implantou-se no extremo oriental da ilha, sendo de forma triangular, com a vantagem de ter dois lados defendidos pelo mar. O seu desenho é essencialmente moderno, embora com traços muçulmanos.

O esquema urbano que resulta do conjunto cumulativo de muralha e fortaleza, cedo viria a impor a sua influência. A sua forma foi condicionada pela muralha, orientando-se segundo os quadrantes este-oeste, entre dois pólos que a fragmentam desde a fundação até aos nossos dias. Estes pólos urbanos organizam-se em dois espaços preferenciais que gravitam, um em torno da fortaleza e outro subordinado à muralha. Como pólo urbano dependente da muralha existia a cidade guzerate, enquanto que, dependente da fortaleza, existia uma espécie de terra de ninguém, onde mais tarde se tentou fundar uma cidade europeia.

É sintomático destas considerações que a cidade guzerate que os portugueses encontraram se tenha «encostado» na muralha, o limite entre ilha-território, entre o próprio continente e a ilha-cidade, assim como o local privilegiado para as trocas comerciais. Esta primeira tessitura da cidade reflecte já o espírito de mundo isolado que persistia em Diu.

A fixação urbana partilha das duas influências, das estruturas que interliga (muralha e fortaleza) e da vocação preferencialmente comercial da cidade. As virtualidades dum organização económica e comercial que se torna imprescindível, para a Diu estrategicamente localizada no território de Cambaia, estabelecem os limites e as intenções da cidade, assim como o desenho das suas estruturas urbanas de suporte.

No entanto, em Diu, algo de perverso aconteceu. Embora a cidade tenha clara intenção comercial, a sua expansão e abertura não aconteceram. Em vez disso, sucedeu a situação estática do lugar, resultado do carácter centrípeto do seu território. Transformada a ilha em fortaleza, a sua expansão urbana não aconteceu. Foi este o paradoxo de Diu: o território e a sua vocação militar, desenharam e conformaram a cidade em vez da cidade ter modelado o território.





O insucesso do «lançamento» duma cidade portuguesa

Após o estabelecimento dos portugueses em Diu, assistiu-se à tentativa portuguesa de expansão das estruturas urbanas e lançamento duma cidade europeia no espaço que medeia entre a cidade guzerate e a fortaleza, através da implantação das ordens religiosas fora de portas da última.

Vários equipamentos religiosos foram fundados extramuros, cumprindo o papel de força centrífuga do tecido urbano e buscando, na erudição das suas formas, uma nova proposta que pudesse lançar as bases para o estabelecimento urbano da nova cidade. Foram ensaiadas, através da formalização dos edifícios religiosos, novas centralidades existenciais no território, engendradas para funcionarem como aglutinadores de população.

A transferência de algumas funções urbanas para o exterior das muralhas da fortaleza foi organizando novos espaços de poder e novos espaços de culto (São Paulo, São Domingos, São Tomé e São Francisco).

A igreja do Colégio de São Paulo é o mais notável edifício de arquitectura religiosa de Diu, construída pelos Jesuítas no início do século XVII, em cima duma antiga mesquita. O híbrido cruzamento de motivos renascentistas europeus com motivos indianos reflecte-se no preenchimento da fachada principal e da lateral sul.

O convento de São Domingos, que se localizava na esplanada fronteira à fortaleza, foi fundado em data anterior a 1571. Esta igreja, localizada «no tyrreyro diante da

fortelleza», é elemento polarizador ao longo do caminho de ronda ribeirinho vindo cidade guzerate para a fortaleza através dum percurso tangente ao canal.

A igreja de São Francisco, é um edifício tangente a uma via e a sua implantação, marca o limite sul da povoação e a paisagem do mesmo lado da ilha. A igreja, com as respectivas cercas e estruturas colegiais, funciona paredes-meias entre a cidade guzerate e a cidade de influência portuguesa.

Esta sucessão de espaços religiosos, tentou afirmar um novo centro como espaço modelador duma também nova cidade, através duma hierarquização urbana sustentada na fragmentação gradativa em vários centros (largos) do espaço urbano entre a cidade guzerate e a fortaleza. Estes centros (largos) resultaram principalmente na sua autonomia como espaços públicos, mas nunca como negativos do tecido edificado fora da cidade guzerate. Por uma razão simples: a cidade não se expandiu na direcção destes centros polarizadores. A nova cidade portuguesa não foi edificada.

Estes espaços foram a causa e a origem do rasgamento de ruas, mas a síntese entre programa (cidade) e suporte (tecido edificado de carácter urbano) nunca aconteceu. As igrejas, o palácio do Governador e espaços que geram são ilhas numa paisagem que teima em não aglutinar ou ser preenchida por tecido construído.

No século XVIII, assistiu-se nos territórios do Estado da Índia, a uma actividade mais rigorosa de edificação de cidades, quer pela aplicação progressiva e crescente de legislação urbana, quer pela aplicação de traçados reguladores.

Nas primeiras décadas do século XIX, a uma tradição de defesa e enclausuramento dentro da muralha sucedeu uma tradição mais aberta. No espírito das reformas Pombalinas, aconteceu a criação duma sucessão de novos espaços (porto/alfândega, mercado, palácio do governador e respectivas praças), que se pretendiam modeladores de novas centralidades e geradores duma nova cidade. Foi intenção que isto ocorresse, através duma hierarquização urbana em vários centros (largos), sustentada pela fragmentação gradativa do espaço urbano híbrido entre a cidade guzerate e a fortaleza.

Foi no século XIX que a cidade se abriu ao continente, quando foi demolido o troço de muralhas entre a muralha e a fortaleza, ao longo da zona ribeirinha, e construídos o porto, o mercado, o palácio do governador e a Estrada de Torres Novas, momento urbano regulado da cidade.

Enfim, foi durante o século XIX que a vida urbana em Diu ganhou a hipótese de se realizar fora da protecção de muralhas. A aplicação de regras e a mudança de mentalidade urbana alterou em definitivo a cidade nos seus aspectos locativos (ilha-cidade), morfológicos (novos traçados) e conceptuais (mentalidade fechada). Valores como os da axialidade (geometria e desenho rigoroso), centralidade (definição de novos espaços de praça) e monumentalidade no desenho das formas construídas, ganharam nova importância.

No entanto, com o desenho da nova Diu manteve-se a terminologia, a separação de funções e a separação de espaços das comunidades religiosas.

Quando em finais do século XVIII foi feito o porto, e já no século XIX, a praça do mercado com os seus arcos monumentais e a sua rua direita (isto é, um loteamento regular), tudo foi a regularização de elementos urbanos ou programas existentes. A zona comercial e verdadeiramente híbrida sempre existiu onde tinha que existir, na intersecção entre a cidade indiana, nomeadamente o Bairro dos Baneanos (comerciantes guzerates) e a cidade católica.

As reformas pombalina e pós-pombalina regularizaram esta zona de contacto. Em 1857, foi aberta a única rua recta de Diu, a Estrada de Torres Novas, entre a zona comercial e o bairro cristão. Não passa duma pequena rua aberta a direito, à escala de Diu. É a verdadeira rua direita entre o porto e a zona religiosa, embora termine sem grande convicção. Esta «rua interior» revela a intenção de polarizar a efectiva ocupação do território da cidade portuguesa e, consequentemente, a consolidação do largo da igreja de São Paulo como lugar central.

A abertura desta via foi feita na expectativa de que a cidade católica se viesse a consolidar e se expandisse em volta, ou a partir, da Estrada de Torres Novas, mas tal nunca veio a acontecer.

A Estrada de Torres Novas é a rua que se dirige desde a «rua dos cristãos» à praça do mercado. A referência num documento de 1857 à «rua dos cristãos», significa que à data todos os cristãos ali viviam (tal como vivem em 2005). Era o chamado Ferenghi Wadi, o «bairro dos estrangeiros». Consequentemente, a Estrada de Torres Novas já tinha uma orientação lógica, isto é, da igreja mais importante (dos Jesuítas) até à zona do porto e alfândega. Era o percurso que a cidade devia ter seguido, a sua orientação mais consequente, ou seja aquilo que era pretendido que a Diu portuguesa fosse

– ligação entre a fortaleza e a zona comercial.

Depois disto, seguramente novas vias seriam desenhadas, possivelmente a ligação com o continente seria restabelecida (à imagem da ponte-açude que ligou Ribandar a Pangim, em Goa), entre outras obras. Com o desenho conjunto destas reformas, seria tentada a implantação de alguma vida urbana e o lançamento dos fundamentos duma cidade portuguesa

No entanto, para a escala das necessidades, o resultado desta Estrada de Torres Novas como via estruturante duma nova cidade foi escasso. A pretendida cidade europeia não ganhou forma e nunca se consolidou sob a sua influência.

Outra explicação a apontar para o insucesso urbano, ligado à já referida vocação de interioridade da cidade de Diu, pode ser encontrada na necessidade duma distância de segurança entre a fortaleza e o edificado, para permitir adequada profundidade de tiro. O crescimento urbano foi dissuadido e a cidade limitada na sua expansão para nascente.

Pensando sobre as razões por que uma cidade portuguesa não vingou em Diu, qualquer forma de cidade é determinada socialmente, assumindo uma configuração espacial que concretiza a relação do homem com o território. À data, a cidade não possuía suficientes católicos que permitissem dar o suporte de meios humanos a uma urbe que se pretendia estabelecida. Não bastavam os conteúdos ou funções que albergava, nem os espaços que ocupava ou definia. A Diu portuguesa, para ser criadora dum lugar que organizasse o território, necessitava de ser uma forma de encontro e reunião de todos os elementos da vida social.

A hostilidade e a natureza dos homens alteraram no decurso dos séculos os traços fisionómicos da cidade, contribuindo a pouco e pouco para a decadência da sua fortaleza e inviabilizando o sustentáculo humano material para o enraizamento duma cidade, uma vez que a inclusão das arquitecturas apenas revestia de valor instrumental a qualificação do espaço, o que nunca se revelou suficiente para a sobrevivência de vida urbana.

Encerrando e ponderando todas as considerações atrás explicitadas, a principal razão porque a Diu portuguesa nunca existiu, foi a sua mentalidade de «fortaleza» cercada e a sua existência dentro dum mundo isolado.

Os seus elementos de identidade limitaram-se a ser a sua configuração, as suas muralhas, as suas ruas e praças, a sua fortaleza e edifícios públicos, na medida em que são reconhecidos como seus. Nunca existiu uma identidade forte e própria que permitisse a Diu ser entendida como um todo em vez duma adição de elementos contíguos. Nunca a cidade adquiriu vivência material e humana, nunca a sua configuração adquiriu legibilidade urbana e leitura de continuidade.

Como conceito, a Diu urbana foi idealizada como presença tutelar dum poder que tinha por fim exclusivo a apropriação dum território. ■

Bibliografia
BOCARRO, António, 1992 – *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado do Índia Oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 3 vols
MOREIRA, Rafael, 1999 – *A fortaleza de Diu e a arquitectura militar no Índico*. In *Espaços de um Império: Estudos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Agradecimentos
Prof. Doutor Paulo Varela Gomes e Arquitecto Nuno Grande

Página 35: ABÓBADA DE COBERTURA DA IGREJA DE SÃO TOMÉ, Siza Vieira
Página 36: FORTALEZA DE DIU E FORTE DO MAR, Fernando Távora
Página 37: DIU, BAIRRO DOS CRISTÃOS, Siza Vieira
Página 38: DIU, PRAÇA DO MERCADO E PORTO, Siza Vieira